

RESENHA CRÍTICA DOS TEXTOS: ‘HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL (1) E CONSUMO RESPONSÁVEL (2)’

Lucélia Mildemberger

1. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

(1) PHILIPPI JR, A., ANDREOLI, C. V., BRUNA, G. C., FERNANDES, V. Histórico e Evolução Do Sistema de Gestão Ambiental no Brasil. In: PHILIPPI JR, A., ROMÉRIO, M. A., BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

(2) FERNANDES, V., VIEIRA, A. Consumo Responsável. In: ANDREOLI, C. V., TORRES, P. L. (org). **Complexidade: Redes e Conexões do Ser Sustentável**. Curitiba: SENAR-Pr., 2014.

2. APRESENTAÇÃO DOS AUTORES DA OBRA

Andreoli, C. V. possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, é mestre em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Bruna, G. C. possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP.

Fernandes, V. possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, é mestre e doutor em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Philippi Jr, A. possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, é mestre em Saúde Ambiental pela Universidade de São Paulo - USP, e doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo – USP e pós doutor em Estudos Urbanos e Regionais (MIT/EUA) e Livre Docência em Política e Gestão Ambiental (USP).

Vieira, A. Possui graduação em Psicologia pela Associação Catarinense de Ensino, especialização MBA em Administração Global pela ESAG e UnL - Universidade Independente de Lisboa, é mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE - Centro Universitário Franciscano.

3. PERSPECTIVA TEÓRICA DA OBRA

O texto (1) Histórico e Evolução do Sistema de Gestão Ambiental é guiado pelas perspectivas legislativas e institucionais da gestão ambiental no Brasil. Já o texto (2) Consumo

Responsável é guiado pela perspectiva das Sete Dimensões da Sustentabilidade de Sachs (2000).

4. BREVE SÍNTESE DA OBRA

Na primeira seção, os textos (1) e (2) versam sobre fundamentação teórica relacionada com os marcos históricos e conceituação de questões ambientais e sustentabilidade. Enquanto o texto (1) em sua segunda seção apresenta o arcabouço teórico dos fatos que influenciaram a evolução da legislação e gestão ambiental no Brasil influenciados pelos fatos no mundo, o texto (2) aborda sistematicamente a base conceitual da sustentabilidade e do consumo sustentável. Na última seção, tanto o texto (1) como o texto (2) apresentam as considerações finais.

5. PRINCIPAIS TESES DESENVOLVIDAS NAS OBRAS

Os autores do texto (1) apresentam a tese de que a complexidade e abrangência relativas às questões ambientais se refletem na forma com que acontece o desenvolvimento do processo de gestão ambiental brasileiro. Sendo assim, o sistema de gestão ambiental composto pelas políticas públicas e institucionais, legislação pertinente, tecnologia e operacionalização é também influenciado pelas condições e fatos do contexto mundial.

Já os autores do texto (2) apresentam a tese de que os problemas ambientais não são apenas resultado do crescimento populacional e consequente extração e uso de recursos naturais para o aumento da produção industrial para suprir as necessidades de consumo desta população crescida, mas a desigualdade quanto ao acesso e uso dos produtos, frutos do processo de industrialização.

6. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

Os autores do texto (1) apresentaram críticas quanto ao processo de normatização e operacionalização da vasta legislação ambiental brasileira, apontando o excesso de burocracia como a principal causa.

Por outro lado, do ponto de vista da educação ambiental, os autores apontam os avanços nas diferentes esferas do sistema educacional brasileiro. Já no texto (1) os autores apresentam argumentações quanto a importância de ações de educação ambiental para mudar não somente

o consumo e torná-lo sustentável, mas para desenvolver valores que possam contribuir com uma nova consciência sobre a relação indivíduo-meio ambiente que modelem comportamentos mais condizentes com a sustentabilidade.

Quanto a abertura da participação da sociedade nas discussões ambientais, os autores apontam avanços, citando a criação de conselhos como exemplo. O que vale a pena ressaltar, porém, é que ainda há muita desinformação quanto aos aspectos e impactos ambientais principalmente associados aos agentes de produção industrial, assim como citam Acselrad, Mello e Bezerra (2009) “os responsáveis pela produção de riscos evitam tornar públicos os perigos que criam”. Tal desinformação cega os cidadãos e, portanto, faz com que questões importantes sobre os riscos aos quais se submetem não sejam devidamente discutidos. Exemplo clássico das lâmpadas fluorescentes, que incluem o mercúrio em sua composição, e que fazem parte da vida cotidiana da população sem que esta esteja ciente dos riscos quanto a sua manipulação. Como já dito por Carson em 1962 “A obrigação de suportar, nos dá o direito de saber” quando desafiou a ausência de moral do governo americano quanto à proteção da população em detrimento de interesses de grupos centralizados no uso de pesticidas químicos. A afirmação indignada de Carson ainda é válida atualmente.

Em relação a municipalização da gestão ambiental, os autores indicam como vantagem a possibilidade de considerar discussões sobre projetos e seus aspectos e impactos de forma mais próxima e adequada ao contexto local, porém, o que se vê na realidade é a chamada “neutralização da crítica potencial”, que conforme explicada por Acselrad, Mello e Bezerra (2009) trata-se dos esforços para encobrir os riscos potenciais e reais que uma organização representa no ambiente o qual está inserida ou o qual se pretende inseri-la. A implantação de novas organizações, previamente conhecedoras de suas ações poluidoras e seus impactos negativos ao ambiente, desenvolvem políticas para “conquistar” a aprovação da população circunvizinha com apelos que revelam e descrevem apenas impactos positivos, o que funciona em população normalmente desprovida de condições de análise crítica comuns em regiões onde empresas com altos impactos ambientais se concentram. Neste sentido, a argumentação dos autores do texto (2) sobre o processo educativo como um processo de tornar as pessoas conscientes do mundo que as cercam a fim de orientar suas opções é válida, porém ainda não é possível demonstrar que tal realidade se apresenta em todos os extratos da sociedade e regiões do Brasil.

Todos os aspectos abordados nos textos através de citações e discussões permitem delinear o processo da evolução da adoção da gestão ambiental na pauta política,

administrativa, institucional, social e educacional, no contexto nacional, estadual e municipal em paralelo com as preocupações com o desenvolvimento do país. Muitas ações práticas citadas demonstram a efetividade da inserção da questão ambiental na agenda política e na legislação. Porém, vale ressaltar que ainda, segundo Acsehrad, Mello e Bezerra (2009) ‘a concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussão dos governos e das grandes corporações’.

Neste sentido, como apontado pelos autores dos dois textos, é ainda necessário um expressivo esforço para que efetivamente a questão ambiental seja devidamente e amplamente discutida em todos os níveis e estratos da sociedade. A capilaridade da discussão sobre as questões que envolvem o meio ambiente e a sustentabilidade em suas diferentes dimensões é que permitirá conduzir a ações efetivas de proteção do planeta e garantir que a amplitude entre os diferentes níveis de condições de vida das pessoas seja reduzida, tornando a qualidade de vida acessível a todos.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H., MELLO, C. C. A., BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 1. Ed. São Paulo: Gaia, 2010.

Recebido em 17/06/2021

Aprovado em 26/06/2021